

CENÁRIO EPIDEMIOLÓGICO DOS CASOS REGISTRADOS DE AIDS NA BAHIA: SÉRIE TEMPORAL 1980 A 2019

Luma L. da Silva¹, Juliane S. Soares¹, Gustavo F. Cunha¹, Carolayne F. Prates¹, Alana Maria A. Costa¹, Karine C. Costa¹, Danielle F. Bomfim¹, Bárbara C. Muniz¹, Tarcísio V Cardoso², Cezar A. Casotti³.

1. Discente Pesquisador do Centro de Educação Superior de Guanambi-CESG (UNIFG). Observatório UNIFG do Semiárido Nordeste.
2. Docente Pesquisador do Centro de Educação Superior de Guanambi-CESG (UNIFG). Observatório UNIFG do Semiárido Nordeste.
3. Docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Resumo

Este estudo objetivou analisar o número de casos registrados no estado da Bahia. Trata-se um estudo retrospectivo, analisando os dados epidemiológicos de domínio público por série temporal e as notificações de HIV ocorridas entre 1980 a 2019. No estado da Bahia foram notificados, no período em questão, 35.823 casos de pessoas portadoras do HIV. Os municípios onde houve maior número de casos foram: Salvador, Eunápolis e Porto Seguro. Prevaleram notificações em indivíduos do sexo masculino (n=15.996), do grupo etário de 30 a 39 anos (n=5.643), com escolaridade do 6º ao 9º ano do ensino fundamental incompleto (n=1.523) e 4.837 casos em gestantes. Foi possível observar o cenário epidemiológico da AIDS na Bahia e com isso, fornecer análise de dados com o intuito de favorecer a realização de ações planejadas e fortalecer os estudos nessa importante área.

Palavras-chave: HIV; Epidemiologia; Epidemia.

Apoio financeiro: Centro Universitário Faculdade Guanambi – UNIFG.

Introdução

A AIDS, também conhecida como Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, causada pelo vírus HIV, continua sendo um desafio para a saúde no mundo, mesmo com todos os avanços científicos conquistados nas últimas décadas para o seu enfrentamento (UNAIDS, 2012).

A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida surgiu no início da década de 1980, tendo o primeiro caso registrado no Brasil, mais precisamente na cidade de São Paulo, tornando-se, a partir de então, de maneira acelerada, uma epidemia a nível nacional. No início da epidemia, os primeiros registros ocorreram em homossexuais, pessoas que realizaram transfusão sanguínea e usuários de drogas injetáveis (BRASIL, 2008).

A AIDS é de notificação compulsória desde o ano 1986 e a infecção por meio do HIV, desde 2014. A AIDS e a infecção pelo HIV, fazem parte da Lista Nacional de Notificação Compulsória de Doenças desde 2017 através da Portaria de Consolidação (BRASIL, 2019).

Desde 1980 até junho de 2019 foram detectados 966.058 casos de AIDS no país. Se tratando da infecção pelo HIV, em 2018, no Brasil, ocorreram 43.941 novos casos de infecção. No mesmo ano foram diagnosticados 37.161 casos de AIDS com taxa de detecção de 17,8/100.000 habitantes (BRASIL, 2020).

Assim, considerando a magnitude deste agravo a saúde, este estudo tem como objetivo analisar o número de casos registrados no estado da Bahia, e conhecer qual o público de com maior vulnerabilidade.

Metodologia

Trata-se um estudo retrospectivo, com uso de dados epidemiológicos de domínio e acesso público. A pesquisa abrange dados do estado da Bahia, localizado na região Nordeste do Brasil. Foram obtidos dados referentes às seguintes caracterizações dos casos de AIDS na Bahia: sexo, faixa etária, município de residência, categoria de exposição, nível de escolaridade e casos em gestantes. Os dados utilizados foram oriundos do DATASUS (Departamento de Informática do SUS), da SESAB (Secretaria da Saúde do Estado da Bahia), do SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas).

Os dados foram tabulados e analisados no programa Microsoft® Office Excel 2019, e são referentes ao período de 1980 a 2019. Ressalta-se que os dados dos últimos 5 anos são classificados como preliminares e os dados do ano de 2019 se referem apenas de janeiro a junho do referido ano.

Resultados e Discussão

A Bahia, estado da região Nordeste do Brasil, cuja capital é a cidade de Salvador, apresentava no ano de 2014 um total de 14.021.432 habitantes, distribuídos em 417 municípios, sendo 6.880.368 homens e 7.141.064 mulheres (BRASIL, 2020).

No período analisado, a Bahia registrou 35.823 casos notificados de HIV/AIDS. Entre os anos de 1980 a 2007 foram notificados 14.127 casos, em 2008 n=1.717, em 2009 n=1.815, em 2010 n=1.887, em 2011

n=1.942, em 2012 n=1.951, em 2013 n=2.121, em 2014 n=1.942, em 2015 n=1.937, em 2016 n=1.909, em 2017 n=1.840, em 2018 n=1.870 e em 2019 n=765.

Considerando-se a região Nordeste como um todo, foram notificados 155.191 casos durante o mesmo período. O número de casos de notificação do estado da Bahia representa um percentual de 23,08 sob o total registrado na região nordestina.

Ao analisar o número de casos de AIDS na Bahia, percebe-se um aumento progressivo entre os anos de 1984, quando foram registrados os primeiros casos, até 2014. No período analisado, o maior número casos ocorreu no ano de 2013, totalizando 2.008 casos. Entre os anos de 1980 a 2007 foram notificados 14.127 casos de AIDS e de 2008 a 2019 um total de 21.696.

Considerando a taxa de detecção de casos de HIV/AIDS no estado da Bahia no período de 2008 a 2018, verificou-se que o maior registro foi identificado no ano de 2013 (14,1), sendo que esse mesmo ano também teve a maior taxa de detecção da região Nordeste (16,3). No país, a maior taxa ocorreu no ano de 2012 (21,7), enquanto no ano de 2013 houve um pequeno decréscimo (21,4). De acordo o ranking das Unidades da Federação, segundo índice composto entre os anos de 2014 a 2018, a Bahia se encontra em 21º lugar, com índice de 4,538.

Ao analisar os dados segundo o sexo, durante o período entre 1984 e 2014, verifica-se que os diagnósticos foram mais prevalentes em homens (n=15.996) do que as mulheres (n=9.567). Essa prevalência em indivíduos do sexo masculino também foi notória no estudo de Dourado et al. (2007), em que foi realizado na cidade de Salvador, capital do estado.

Explorando os dados referentes aos municípios de maior porte populacional (>50.000 habitantes), durante o período 2005 a 2013, verificou-se que o maior número de notificações referem-se a indivíduos residentes na cidade de Salvador (n=6.711) e o menor em Serrinha (n=76). Ainda sobre os municípios com mais de 50 mil habitantes, as cidades com maiores taxas de detecção por município de residência e ano do diagnóstico, segundo os dados dos sistemas, são: Salvador, Eunápolis e Porto Seguro.

Essas altas taxas podem ser explicadas por se tratarem de municípios costeiros onde, segundo autores, há maior concentração de casos, de áreas intensamente metropolitanas e de grande movimentação comercial e de turismo (GRANGEIRO, A., ESCUDER, M. M. L., CASTILHO, E. A., 2010; DIAS, P. R. T. P., NOBRE, F., 2001).

Em todos os anos da série 2005 a 2014, as faixas etárias com maior número de casos e taxa de detecção foram os períodos etários de 20 a 29 anos (3.664 casos), 30 a 39 anos (5.643) e 40 a 49 anos (3.956). Já quanto à categoria de exposição hierarquizada em maiores de 13 anos, foram encontrados 9.958, na qual, a categoria de exposição mais acometida foi a de heterossexuais (6.076). De acordo com esses mesmos dados, também se sabe que o sexo com maior acometimento foi o masculino com 6.175 casos, enquanto o feminino apresentou 3.782. De acordo com os dados de infecção pelo HIV nos anos de 2014 e 2015, a faixa etária com maior acometimento é de 30-39 anos, com percentual no sexo masculino de 33,4% e no sexo feminino de 31,8%. O predomínio nessa faixa etária igualmente foi notado na pesquisa de Menezes et al. (2018), realizada em um município do estado da Bahia.

Em se tratando dos jovens com idade entre 15 e 24 anos, nos anos de 2005 a 2014, foram descobertos 761 casos em indivíduos do sexo masculino e 695 do sexo feminino, totalizando assim, 1.456 acometimentos. Desses jovens, por categoria de exposição, a maioria dos indivíduos com AIDS eram heterossexuais (557), seguido de homossexuais (208). Além disso, no sexo feminino não foi observado nenhum caso em homossexuais. Segundo o Ministério da Saúde (2013), em uma pesquisa com 2.485 jovens analisados, 51,7% deles demonstraram conhecimento sobre as maneiras de transmissão da AIDS e cerca de 97% entendem que podem se infectar com a prática sexual sem uso de preservativo, ainda assim, nota-se a importância da Informação e Educação em Saúde.

Quando se trata de categoria hierarquizada, a com maior percentual de infecção durante os anos 2014 e 2015 é a de heterossexuais, com 52,7%, o que confirma o grande número de casos de AIDS registrados nesse grupo populacional. Vale ressaltar que foram registrados apenas 2,7% de casos por infecção sanguínea, afirmando que a principal via de infecção permanece sendo por contato sexual. Essa informação também pode ser perscrutada no estudo de Nunes, et al. (2004) que foi desenvolvido na cidade Salvador, com uma amostra composta por mulheres e no qual expõe que predominantemente a via de transmissão do HIV/AIDS foi a sexual. Ademais, também foi exposto que a maioria delas adquiriram através do seu companheiro/esposo.

Verificou-se que nesse período (2014-2015) ocorreram 1.162 casos de infecção pelo HIV em heterossexuais, 516 em homossexuais e 146 em bissexuais. Os dados da Bahia corroboram com os de um estudo conduzido por Grangeiro, Escuder e Castilho (2010) que ao investigar 1.910 municípios, observou que a principal categoria de transmissão, sendo a de heterossexuais. O mesmo também é evidenciado por Moura, J. P. e Faria, M. R. (2017), por meio de uma pesquisa realizada no estado de Minas Gerais, que teve como resultado, expressiva prevalência em heterossexuais, afirmando assim, que essa preponderância não se resume apenas ao território baiano.

Os casos registrados entre os anos 2005-2014, de acordo a escolaridade, apresentaram que o maior número de indivíduos que possuíam o ensino do 6º ao 9º ano do ensino fundamental incompleto (1.523). Foram observados que 1.196 indivíduos possuíam o ensino médio completo, 1.079 com o 1º ao 5º ano do ensino fundamental incompleto, 857 com o ensino médio incompleto, 667 com o ensino fundamental completo, 659 com o ensino fundamental do 1º ao 5º ano completo, 527 com o ensino superior completo, 367 analfabetos e 267 com o ensino superior incompleto.

Em gestantes, nos anos de 2005 a 2015, os registros apontam um total de 2.584 casos de detecção da infecção pelo HIV, sendo que somente no município de Salvador foram detectadas 1.125 gestantes infectadas.

Ainda sobre gestantes, porém, entre os anos de 2007 a 2015, a maioria delas, infectadas pelo HIV, tinham entre 25 e 29 anos, com um percentual de 26,5. Isso também se deve por essa faixa etária ser a de maior número de mulheres gestantes. Transcorrendo esse intervalo etário, encontram-se gestantes entre 20 e 24 anos, com um percentual de 25,7 sob o total. Quando observadas com base na escolaridade, a maioria delas, representando 21,9%, não possuía o ensino fundamental do 6º ao 9º ano completo. Enquanto a menor porcentagem (0,6%) foi encontrada em gestantes com o ensino superior completo, remetendo à interpretação de pode haver influência entre nível de escolaridade e suscetibilidade à infecção por HIV. Em relação à cor da pele, 53,8% possuíam pele parda, enquanto 0,4% era indígena.

Entre o período de 2000 a 2019, foram constatados 4.837 casos em gestantes no estado, enquanto observando a região Nordeste, registrou-se 22.179. Esse número notificado na Bahia representa 21,80% do total da região Nordeste. Ao mesmo tempo, representa 3,56% do total registrado no Brasil.

Costa et al. (2011) estudaram uma população de gestantes adolescentes e adultas jovens com HIV, com isso, constatou-se que 90% da amostra negou uso habitual de preservativo, e grande maioria destas, por conta da ligação de confiança com o parceiro.

A vigilância e o monitoramento da evolução da epidemia da AIDS e do vírus HIV são coordenados através do Departamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/AIDS) e Hepatites Virais do Ministério da Saúde (DDAHV/MS), na qual, centram-se em três aspectos: infecção pelo vírus, evolução para AIDS e óbitos (BRASIL, 2015).

Conclusões

Com o presente estudo foi possível observar o cenário epidemiológico da AIDS na Bahia entre 1980 e 2019 e com isso, fornecer análise de dados com o intuito de favorecer a realização de ações planejadas e fortalecer os estudos nessa importante área.

A identificação dos locais com maior número de pessoas que convivem com a AIDS e as caracterizações epidemiológicas, possibilitam saber a necessidade de políticas públicas, ações e até mesmo investimentos em saúde.

Além de observar os locais de maior distribuição espacial, sendo eles as cidades de Salvador, Eunápolis e Porto Seguro, também foi possível analisar as faixas etárias com maiores números de casos (de 20 a 29 anos, 30 a 39 anos e 40 a 49 anos); o grupo de heterossexuais foi o mais acometido; o nível de escolaridade com maior número de casos foi o de indivíduos que possuíam ensino do 6º ao 9º ano do ensino fundamental incompleto; o maior número de indivíduos com AIDS foi de homens.

O conhecimento a respeito desses dados possibilita saber em quais públicos que devem se concentrar as ações de promoção à saúde, para viabilizar a conscientização da população sobre as formas de se prevenir do contágio da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, uma vez que foi observado que a principal forma de contágio é por meio da prática sexual desprotegida e também, que cerca de boa parte dos jovens têm conhecimento sobre o risco em ter relações sexuais sem uso do preservativo.

Em razão disso, torna-se necessária a realização de mais pesquisas no âmbito da Bahia, mas também, em todos os estados do país, bem como, em todos os seus respectivos municípios, para que assim seja possível conhecer os riscos de cada local e poder ofertar saúde à toda população.

Referências bibliográficas

1. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados Estados. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>>. Acesso em 5 de janeiro de 2020.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Indicadores e dados básicos do hiv/aids nos municípios brasileiros. Disponível em: <<http://indicadores.aids.gov.br/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. Boletim Epidemiológico – AIDS e DST. v. 4, n.1, p. 100, 2015.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. . Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. Boletim Epidemiológico. Boletim Epidemiológico – HIV/AIDS 2019. Número especial. Dez./2019.
5. BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. Recomendações para a Atenção Integral a Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/AIDS. 1ª Edição. Brasília, 2013.
6. BRASIL. Ministério da saúde. Prevenção E Atenção Às IST/AIDS Na Saúde Mental No Brasil: Análises, Desafios E Perspectiva. Brasília, 2008. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_atencao_aids_saude_mental.pdf>. Acesso em: 05 de janeiro de 2020.
7. COSTA, M. C. O. et al. HIV/AIDS e sífilis entre gestantes adolescentes e adultas jovens: Fatores de

exposição e risco dos atendimentos de um programa de DST/HIV/AIDS na rede pública de saúde/SUS, Bahia, Brasil. **Revista Baiana de Saúde Pública**. v.35, p.179-195, 2011.

8. DIAS, P. R. T. P., NOBRE, F. Análise dos padrões de difusão espacial dos casos de AIDS por estados brasileiros. **Cad. Saúde Pública**. v. 17, n.5, p. 1173-1187, 2001.

9. DOURADO, I. et al. HIV-1 seroprevalence in the general population of Salvador, Bahia State, Northeast Brazil. **Cad. Saúde Pública**, v. 23, n. 1, p. 25-32, Rio de Janeiro, 2007.

10. GRANGEIRO, A., ESCUDER, M. M. L., CASTILHO, E. A. A epidemia de AIDS no Brasil e as desigualdades regionais e de oferta de serviço. **Cad. Saúde Pública**. 2010. v.26, n. 2, p. 2355-2367.

11. GRANGEIRO, A., ESCUDER, M. M. L., CASTILHO, E. A. Magnitude e tendência da epidemia de AIDS em municípios brasileiros de 2002- 2006. **Rev. Saúde Pública**. 2010, v. 44, n. 3, p.430- 441.

12. JOINT UNITED NATIONS PROGRAMME ON HIV/AIDS (UNAIDS). Global report: UNAIDS report on the global AIDS epidemic 2012. Disponível em: <https://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/20121120_UNAIDS_Global_Report_2012_with_annexes_en_1.pdf>. Acesso em 5 de janeiro de 2020.

13. MENEZES, A. M. F. et al. Perfil epidemiológico das pessoas soropositivas para HIV/AIDS. **Rev enferm UFPE on line**. v. 12, n. 5, p. 1225-32, Recife, 2018.

14. MOURA, J. P. E., FARIA, M. R. Caracterização e perfil epidemiológico das pessoas que vivem com HIV/AIDS. **Rev enferm UFPE on line**., v. 11, p. 5214-20, Recife, 2017

15. NUNES, C. L. X. et al. Características clinicoepidemiológicas de um grupo de mulheres com HIV/AIDS em Salvador-Bahia. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*. v. 37, n. 6, p. 436-440, 2004.